



# CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA

TARDE

## AUDITOR DE CONTAS PÚBLICAS - AUDITORIA GOVERNAMENTAL

PROVA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



### TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!



## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

1

Observe o período abaixo, em discurso direto:

“Eu perguntei ao ministro: – V. Ex<sup>a</sup> trouxe consigo o dinheiro que lhe emprestei ontem?”

Se passarmos esse mesmo período para o discurso indireto, a única modificação NÃO cabível é:

- (A) “S. Ex<sup>a</sup>” em lugar de “V. Ex<sup>a</sup>”;
- (B) “com ele” em lugar de “consigo”;
- (C) “trouxera” em lugar de “trouxe”;
- (D) “na véspera” em lugar de “ontem”;
- (E) a conjunção “se” em lugar dos dois pontos e do travessão.

2

Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- (A) injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / receitas;
- (B) explicativo – fazer compreender algo / romance policial;
- (C) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / texto de horóscopo;
- (D) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- (E) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / comentário jornalístico.

3

Observe o seguinte capítulo do romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis:

“Pádua era empregado em repartição dependente do ministério da guerra. Não ganhava muito, mas a mulher gastava pouco, e a vida era barata. Demais, a casa em que morava, assobradada como a nossa, posto que menor, era propriedade dele. Comprou-a com a sorte grande que lhe saiu num meio bilhete de loteria, dez contos de réis. A primeira ideia do Pádua, quando lhe saiu o prêmio, foi comprar um cavalo do Cabo, um adereço de brilhantes para a mulher, uma sepultura perpétua de família, mandar vir da Europa alguns pássaros, etc.; mas a mulher, esta D. Fortunata que ali está à porta dos fundos da casa, em pé, falando à filha, alta, forte, cheia, como a filha, a mesma cabeça, os mesmos olhos claros, a mulher é que lhe disse que o melhor era comprar a casa, e guardar o que sobrasse para acudir às moléstias grandes. Pádua hesitou muito; afinal, teve de ceder aos conselhos de minha mãe, a quem D. Fortunata pediu auxílio. Nem foi só nessa ocasião que minha mãe lhes valeu; um dia chegou a salvar a vida do Pádua. Escutai; a anedota é curta.

O administrador da repartição em que Pádua trabalhava teve de ir ao Norte, em comissão. Pádua, ou por ordem regulamentar, ou por especial designação, ficou substituindo o administrador com os respectivos honorários. Esta mudança de fortuna trouxe-lhe certa vertigem; era antes dos dez contos. Não se contentou de reformar a roupa e a copa, atirou-se às despesas supérfluas, deu joias à mulher, nos dias de festa matava um leitão, era visto em teatros, chegou aos sapatos de verniz. Viveu assim vinte e dois meses na suposição de uma eterna interinidade”.

Sobre a esquematização do tempo nesse fragmento narrativo, é correto afirmar que:

- (A) o texto mostra uma evolução cronológica contínua dos fatos narrados;
- (B) ocorre no texto acima uma prolepse, ou seja, uma antecipação das ações futuras;
- (C) parte do fragmento textual mostra uma pausa, ou seja, um momento em que a ação narrativa para;
- (D) entre os fatos narrados no texto há uma elipse de tempo, quando se salta de um momento a outro na sequência;
- (E) o fragmento mostra a esquematização básica dos textos narrativos: uma situação inicial, um elemento perturbador, os fatos ou acontecimentos e uma resolução final.

4

Observe o texto jornalístico a seguir (texto 1).

“A operação saída para este longo final de semana, que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida, e a coincidência com a festa de ontem à noite provocaram um grande colapso circulatório no Rio de Janeiro durante toda a tarde, de modo que as principais vias de saída da cidade não puderam suportar os mais de quinhentos mil automóveis que se previa que sairiam, e o caos durou até as primeiras horas da madrugada.”

Esse pequeno texto mostra um conjunto de problemas de escritura; o problema identificado abaixo que NÃO ocorre nesse texto, é:

- (A) poderia haver uma separação de termos com o auxílio de pontos após “tarde” e “sairiam”;
- (B) alguns adjetivos são supérfluos, como “grande”, já que nada acrescenta ao texto;
- (C) algumas expressões ou termos podem ser retirados sem prejuízo do texto, como “a coincidência com” e “da cidade”;
- (D) trata-se de um período extremamente longo, que poderia ter esse problema reduzido com a substituição de termos ou eliminação de elementos inúteis;
- (E) o texto mostra muitas orações subordinadas, como “que começa com o dia de Nossa Senhora de Aparecida” ou “que se previa que sairiam” que poderiam ser substituídas por termos de menor extensão.

5

Na língua portuguesa há um grande número de locuções ou frases feitas amplamente usadas; entre as opções abaixo, aquela que NÃO tem o seu sentido indicado de forma correta, mas o oposto, é:

- (A) arrear caminho / afastar-se;
- (B) ter as costas quentes / sentir-se protegido;
- (C) ser fogo de palha / entusiasmo passageiro;
- (D) andar num cortado / estar em dificuldades;
- (E) pôr alguém nas nuvens / exaltar uma pessoa.

6

Eis um famoso segmento do *Sermão da Sexagésima*, do Padre Antônio Vieira (texto 2):

“Eis que o que semeia saiu a semear’. Diz Cristo, que saiu o pregador evangélico a semear a palavra divina. Bem parece este texto dos livros de Deus. Não só faz menção do semear, mas também faz caso do sair: *Exiit* (saiu), porque no dia da messe hão-nos de medir a sementeira e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dispendeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria. Todos terão sua razão, mas tudo tem sua conta. Aos que têm a seara em casa, pagar-lhes-ão a sementeira; aos que vão buscar a seara tão longe, hão-lhes de medir a sementeira e hão-lhes de contar os passos”.

A afirmação que está em acordo com o que é lido no fragmento acima, é:

- (A) o pregador diz que “Deus não é assim” porque Deus consegue ver o que os homens não veem;
- (B) todos os que semeiam a palavra divina receberão sua paga, pelo que fizeram e também pelo esforço empregado;
- (C) ao designar o semeador como “o que semeia”, no texto evangélico, o autor prioriza o que é a pessoa, acima do que ela faz;
- (D) o sermão faz uma comparação entre os pregadores que saem e os que ficam na pátria, mostrando a justiça de Deus ao julgá-los de forma idêntica;
- (E) nas cinco primeiras linhas do texto, o orador faz uma interpretação do texto citado ao início, mostrando o valor lógico das palavras empregadas.

7

Uma das tarefas mais complicadas na escritura é a seleção adequada de palavras utilizadas nos textos.

A opção abaixo em que a crítica indicada sobre o uso de palavras no texto dado NÃO é pertinente, é:

- (A) “Um tema pelo qual estou interessado é o relacionado com os efeitos que provoca a droga a nível desportivo.” / utilização de termos desnecessários;
- (B) “Em muitas partes do corpo como são as mãos, as orelhas e os pés, estão representados todos os órgãos e partes do corpo, como mostra a reflexologia.” / repetição de palavras idênticas;
- (C) “O projeto governamental não foi aprovado no Senado, a despeito dos esforços dos partidos governistas, em função da grande pressão popular.” / utilização de conectores inadequados;
- (D) “As coisas apresentadas na exposição tinham aspecto interessante, mas a ausência de público prejudicou o bom evento.” / emprego de palavras demasiadamente gerais ou de significado impreciso;
- (E) “O aprofundamento dos debates paralelamente às novas contribuições trazidas pelos parlamentares pode dar solução ao problema das moradias.” / utilização de palavras abstratas em lugar das concretas e de vocábulos mais longos em lugar dos mais curtos.

8

Observe a seguinte frase:

“Se as crianças se entretessem, a babá não teria intervindo para lhes auxiliar na brincadeira”.

Nessa frase, o(s) erro(s) existente(s) é(são):

- (A) apenas na conjugação do verbo “intervir”;
- (B) apenas na conjugação do verbo “entreteter”;
- (C) na conjugação do verbo “entreteter” e na regência de “auxiliar”;
- (D) na conjugação do verbo “entreteter” e na colocação do pronome “lhes”;
- (E) na conjugação dos verbos “entreteter” e “intervir” e na regência do verbo “auxiliar”.

Texto 3
---------

<p>“De origem ainda incerta, o pão, base da alimentação da quase totalidade dos seres humanos, é conhecido desde o período Neolítico. Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco”.</p>
---

9

A função de linguagem predominante no texto 3 é:

- (A) metalinguística, pois explica a origem do vocábulo “pão”;
- (B) emotiva, pois mostra opiniões pessoais de quem escreve;
- (C) poética, pois constrói o texto com preocupações estéticas;
- (D) referencial, pois fornece dados reais sobre a história do pão;
- (E) conativa, pois tenta convencer o leitor das informações dadas.

10

“Inicialmente, era feito de grãos de cereais triturados com pedras, amassado com água e colocado sobre pedras quentes ou debaixo de cinzas para assar, o que resultava em um pão achatado, duro e seco.”

O problema de escritura que ocorre nesse segmento do texto 3, é:

- (A) uma possível ambiguidade;
- (B) a ocorrência de um erro de ortografia;
- (C) a presença de oralidade na língua escrita;
- (D) o excesso de adjetivos, alguns dispensáveis;
- (E) a existência de redundâncias desnecessárias.

11

A frase abaixo em que a concordância verbal está inadequada, é:

- (A) Quantos anos haverá que ela nos visitou?;
- (B) Deve ir em cinco anos que viajei para a Europa;
- (C) Cinco anos está fazendo que nos encontramos;
- (D) Deve estar passando dois minutos das seis horas;
- (E) Há de fazer duas semanas que comprei o carro novo.

12

Todas as frases abaixo mostram um termo sublinhado, que é retomado no decorrer do texto; a opção em que essa retomada é identificada corretamente, é:

- (A) Toninho vem de contar-nos uma história estranha. Essa história se passa no início do século passado. / retomada por meio de um mesmo nome com um determinante demonstrativo;
- (B) Bruna mostra neste momento um grande entusiasmo por seu novo trabalho. Seu engajamento favorece, sem dúvida, seu progresso profissional na empresa. / retomada por meio de um termo genérico, acompanhado de um pronome possessivo;
- (C) A neve começou a cair e algumas horas mais tarde tudo estava coberto. Um imenso tapete branco se estendia a perder de vista. / retomada por meio de um termo sintético, precedido de um indefinido;
- (D) João acabou de comprar duas canetas, três lápis e um caderno pautado. Ele necessita desses artigos para o trabalho que está fazendo. / retomada por meio de um sinônimo, precedido de um demonstrativo;
- (E) A escrita data de muitos séculos. Sabem vocês a que data se localiza o primeiro alfabeto? / retomada por meio de termo relacionado.

13

Observe o texto a seguir (texto 4).

“Os visitantes falam alto e esquecem que eles estão num hospital apesar dos avisos em cartazes que lhes pedem respeito pelos pacientes. Além disso levam seus filhos para esse meio cheio de micróbios, ignorando que essas pobres crianças correm risco de graves contaminações. Às vezes eles trazem comida, acreditando estar fazendo um bem, e a dão aos doentes com risco de agravamento de seus casos.”

A respeito do texto, é correto afirmar que:

- (A) trata-se de um texto publicitário, com a intenção de serem corrigidos alguns problemas nos hospitais;
- (B) o autor do texto denuncia alguns comportamentos negativos, mas não especifica os males causados;
- (C) o texto procura informar visitantes dos hospitais sobre os problemas causados por eles, apoiando-se em argumentos de opiniões;
- (D) a escritura do texto não mostra qualquer intromissão do enunciador nos fatos indicados;
- (E) no fundo, o texto critica fundamentalmente a má administração dos hospitais, pela falta de fiscalização e pela falta de informações nos cartazes espalhados pelos corredores.

14

A linguagem que empregamos nos textos que produzimos pode ser do registro formal ou do registro informal, segundo o ambiente comunicativo.

A frase abaixo que se enquadra no registro informal, é:

- (A) Segunda-feira, os pilotos darão a partida para mais uma etapa do campeonato;
- (B) Repentinamente, o mau tempo se espalhou por quase todos os estados brasileiros;
- (C) O candidato compreendeu as razões pelas quais ele não foi aprovado no concurso;
- (D) A despeito das intensas investigações, a polícia não chegou a localizar as armas roubadas do arsenal;
- (E) Por mais que a gente combata a corrupção, parece que esse mal sempre reaparece, tão arraigado está entre nós.

15

Observe o texto a seguir (texto 5).

“O poder da música. A música tem um poder tal, que, após muitas lendas, ela certamente foi criada pelos próprios deuses. Os gregos da Antiguidade contavam que Orfeu tinha recebido o dom da música da mão dos deuses. Ele tocava tão bem a lira, que sua música podia encantar as árvores, as montanhas e as próprias feras. Enquanto tais mitos celebram as origens divinas do som, outros celebram seu poder criador. Assim, um canto polinésio conta que o mundo foi criado pelas canções do deus Taaroa. Outrora, associava-se à música os poderes mágicos que influenciavam a vida cotidiana. Existem ainda, para todas as épocas do calendário rural, cantos que homenageavam os pastores. Há também cantos mais utilitários como as canções de navegação que serviam para ritmar esforços dos marinheiros.” (Nathan, *A música*)

A opção abaixo em que um dos termos indicados – na ordem em que aparecem no texto – NÃO se refere ao tema da música, é:

- (A) som / seu;
- (B) A música / ela;
- (C) música / a lira;
- (D) música / mitos;
- (E) canto / canções do deus Taaroa.

## Língua Inglesa

READ THE TEXT AND ANSWER QUESTIONS 16 TO 20:

### Audit data analytics, machine learning, and full population testing

Technologies are evolving at an unprecedented pace and pose significant challenges and opportunities to companies and related parties, including the accounting profession. In today's business environment, it is inevitable for companies to react quickly to changing conditions and markets. Many companies are seeking better ways to utilize emerging technologies to transform how they conduct business. We live in an age of information explosion, with technologies capable of making revolutionary changes in various industries and reshaping business models. At present, many companies view data as one of their most valuable assets. They amass an unprecedented amount of data from their daily business operation and strive to harness the power of data through analytics. Emerging technologies like robotic process automation, machine learning, and data analytics also impact the accounting profession. It is important for the profession to understand the impacts, opportunities, and challenges of these technologies.

Specifically, in audit and assurance areas, data analytics and machine learning will lead to many changes in the foreseeable future. Audit sampling is one such potential change. The use of sampling in audits has been criticized since it only provides a small snapshot of the entire population. To address this major issue, this study introduces the idea of applying audit data analytics and machine learning for full population testing through the concept of “audit-by-exception” and “exceptional exceptions.” In this way, the emphasis of audit work shifts from “transaction examination” to “exception examination” and prioritizes the exceptions based on different criteria. Consequently, auditors can assess the associated risk based on the entire population of the transactions and thus enhance the effectiveness and efficiency of the audit process.

Adapted from the introduction to a study published in:  
<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S240591882200006X>

16

In “They amass” (1<sup>st</sup> paragraph), the pronoun refers to:

- (A) assets;
- (B) changes;
- (C) industries;
- (D) companies;
- (E) technologies.

17

The verb form in “has been criticized” (2<sup>nd</sup> paragraph) is in the:

- (A) simple past, active voice;
- (B) simple past, passive voice;
- (C) present perfect, active voice;
- (D) present perfect, passive voice;
- (E) present continuous, passive voice.

**18**

A “foreseeable future” (2<sup>nd</sup> paragraph) is one that:

- (A) must be sudden;
- (B) can be predicted;
- (C) may be forgotten;
- (D) will be depressing;
- (E) should be avoided.

**19**

Based on the text, mark the statements below as TRUE (T) or FALSE (F):

- ( ) Many companies nowadays tend to overlook data gathering.
- ( ) The accounting profession has managed to resist the impact of technology.
- ( ) In the study mentioned by the text, full population testing is to be preferred to sampling.

The statements are, respectively:

- (A) T; T; F;
- (B) T; F; T;
- (C) F; F; T;
- (D) F; T; T;
- (E) F; T; F.

**20**

In the sentence “Emerging technologies like robotic process automation” (1<sup>st</sup> paragraph), “like” expresses:

- (A) appreciation;
- (B) informality;
- (C) preference;
- (D) possibility;
- (E) similarity.

## Administração Pública e Políticas Públicas

---

**21**

Uma determinada entidade da administração pública, ao emitir uma ordem de serviço, indevidamente, não promoveu a inclusão no Diário Oficial, prejudicando a transparência sobre o processo.

Nessa situação, a organização feriu o princípio básico da administração pública de:

- (A) dignidade humana;
- (B) soberania;
- (C) cidadania;
- (D) livre iniciativa;
- (E) publicidade.

**22**

Contemporaneamente, é reconhecido que o exercício do controle sobre os serviços públicos tem potencial para incorporar mais ativamente a população, os usuários e os gestores das políticas nos processos de controle. A esse respeito, há o potencial de serem desenvolvidas ações como:

- presença mais direta da população/segmentos sociais diversos na discussão sobre leis e sua aplicação;
- controle social sobre as decisões no Parlamento e no Judiciário, facilitado, por exemplo, pelas TVs;
- utilização de plataformas virtuais para operacionalização da participação cidadã;
- monitoramento de informações, de processos administrativos e de execução de serviços por observatórios sociais;
- participação dos usuários e representantes da sociedade na avaliação da qualidade da gestão e dos serviços.

Nesse contexto, entende-se que a função controle se expandiria por ações sustentadas no conceito de:

- (A) auditoria;
- (B) coprodução;
- (C) eficiência;
- (D) controladoria;
- (E) ouvidoria.

**23**

Em um determinado contexto no Brasil, a Controladoria Geral do Município (CGM) apresenta-se como central em seu planejamento a ideia de

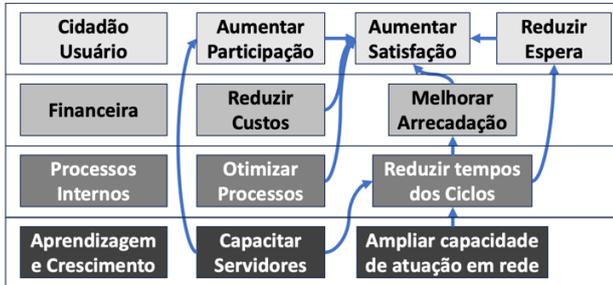
“Ser referência na atuação preventiva, na promoção de ambiente ético e na responsabilização de atos ímprobos junto à Prefeitura, na aplicação de práticas modernas e inovadoras de Controle Interno e na participação social nas atividades de controle interno para a efetividade na Gestão Pública Municipal”.

Considerando-se as noções de planejamento nas organizações públicas, a declaração refere-se ao conceito de:

- (A) missão;
- (B) objetivos;
- (C) recursos;
- (D) valores;
- (E) visão.

Figura 1

Uma determinada organização social atuando na área de saúde pública iniciou a elaboração do seu *balanced score card* (BSC), adaptando a metodologia para a realidade de sua atuação. No BSC elaborado, é possível perceber a adaptação das quatro perspectivas, bem como dos objetivos estratégicos e, posteriormente, seus indicadores.



24

Considerando-se a figura 1 apresentada, um indicador da perspectiva de processos internos é o(a):

- (A) número de funcionários treinados interfunções;
- (B) percentual de redução de custos de armazenamento;
- (C) taxa de capacitação e atualização dos colaboradores;
- (D) percentual de reclamações na prestação do serviço final;
- (E) percentual de redução do prazo de aquisições de insumos.

25

Para a construção do mapa estratégico e dos projetos e planos de ação, os gestores dessa mesma organização (figura 1) deverão levar em consideração questões orientadoras que sempre remetam aos princípios e valores estratégicos compatíveis com cada perspectiva.

É compatível com a perspectiva de aprendizagem e crescimento:

- (A) maximizar capital social com cidadãos;
- (B) aumentar as receitas e melhorar fluxo de caixa;
- (C) melhorar continuamente as atividades dos setores;
- (D) incorporar nos serviços a coprodução com usuários;
- (E) ampliar a capacidade de integração com outros atores.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Direito Constitucional

26

O Tribunal de Contas do Estado Gama apurou irregularidades em contrato administrativo realizado entre o Município Alfa, localizado no Estado Gama, e determinada empresa prestadora de serviços de engenharia. A Assembleia Legislativa do referido Estado Gama instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), mediante requerimento de dois terços de seus membros, para apurar as irregularidades encontradas.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) a CPI poderá anular o contrato, pois é sua função, concluída a investigação e confirmada a irregularidade;
- (B) a CPI só poderia ter sido instaurada mediante o requerimento da maioria dos membros da Assembleia Legislativa do Estado Gama;
- (C) a Assembleia Legislativa do Estado Gama não tem competência para instaurar CPI, a fim de apurar ato realizado por outro ente federativo, no caso, o Município Alfa;
- (D) a CPI não deveria ter sido instaurada, pois o Tribunal de Contas tem o poder de anular o ato administrativo viciado;
- (E) a CPI não poderia ter sido instaurada pelo Legislativo para apurar ato praticado pelo Executivo, em razão da separação de poderes, ainda que demonstrada a irregularidade.

27

Lei de iniciativa parlamentar do Município Beta criou conselho popular com atribuição de participar do planejamento municipal, fiscalizar a respectiva execução e opinar sobre questões consideradas relevantes.

Diante do exposto, é correto afirmar que a Lei é:

- (A) inconstitucional por violação ao princípio da separação de poderes;
- (B) constitucional, pois a Constituição da República não prevê a regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo;
- (C) inconstitucional por violação à regra de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo para criar órgãos da Administração Pública;
- (D) constitucional por observância aos princípios democrático e da separação de poderes;
- (E) inconstitucional por violação ao princípio republicano.

**28**

“A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes. A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado; No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).”

Diante do exposto, é correto afirmar que tal assertiva está:

- (A) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais viola o princípio da separação dos poderes;
- (B) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que a atuação do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais poderá superar os limites inerentes ao espaço reservado à discricionariedade do administrador;
- (C) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que a decisão judicial não pode apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano para alcançar o resultado;
- (D) de acordo com o entendimento do STF, uma vez que existe “imperativo de tutela”, considerada a forma como a Constituição de 1988 estruturou as garantias instrumentais de organização e procedimento para fins de proteção do direito fundamental à saúde;
- (E) em desacordo com o entendimento do STF, uma vez que o déficit de profissionais da saúde não pode ser suprido pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

**29**

O Sindicato da Indústria e de Material Plástico do Estado Beta manejou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, em face de Lei do Município Alfa (localizado no Estado Beta), que dispõe sobre a obrigação de substituição do uso de sacos e sacolas plásticas de lixos por sacos e sacolas ecológicas.

Diante do exposto, é correto afirmar que é:

- (A) materialmente constitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de a matéria tratar de direito do consumidor e não de direito ambiental;
- (B) formal e materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão de ofensa à competência estadual para legislar sobre o tema e ao princípio da razoabilidade;
- (C) constitucional – formal e materialmente – a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência dos Municípios sobre matéria protetiva de direito ambiental;
- (D) materialmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da violação ao princípio da livre iniciativa;
- (E) formalmente inconstitucional a referida Lei municipal que obriga a substituição de sacos e sacolas plásticas por sacos e sacolas biodegradáveis, em razão da competência da União para legislar sobre a matéria.

**30**

O Ministério Público de Contas do Estado Gama impetrou mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas daquele Estado que determinou a extinção e o arquivamento de representação promovida pelo *Parquet* de Contas para se apurar supostas irregularidades em procedimento licitatório relativo a contrato de edificação da nova sede administrativa do mencionado Tribunal.

Diante do exposto, é correto afirmar que o Ministério Público de Contas:

- (A) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão de lhe serem conferidas as mesmas prerrogativas jurídicas inerentes, no plano institucional, ao Ministério Público comum;
- (B) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da ausência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (C) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (D) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, em razão da existência de autonomia institucional do *Parquet* de Contas;
- (E) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua, pois há previsão legal autorizando o *Parquet* de Contas a atuar nesse sentido.

## Direito Administrativo

31

Sociedade Beta praticou ato lesivo à Administração Pública do Estado Alfa, nos termos do Art. 5º, II, da Lei nº 12.846/2013, na medida em que, comprovadamente, financiou a prática de atos ilícitos previstos na mencionada norma.

Em razão disso, as autoridades administrativas competentes instauraram o respectivo processo administrativo de responsabilização, com fulcro especificamente no aludido diploma legal, por meio do qual, após os trâmites regulares, além da penalidade de multa, na esfera administrativa, pode ser aplicada a sanção de:

- (A) dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- (B) suspensão ou interdição de suas atividades;
- (C) publicação extraordinária da decisão condenatória;
- (D) perdimento de bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração;
- (E) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas.

32

Caso os agentes competentes no regular exercício do poder de polícia administrativa verifiquem que em determinada farmácia estão sendo vendidos medicamentos vencidos, ou seja, fora do prazo de validade, que colocam em risco a saúde da população, cuja apreensão e inutilização tem fundamento legal, tais agentes devem promover a autuação do estabelecimento e, dentre outras medidas cabíveis:

- (A) comunicar a existência dos medicamentos vencidos à polícia militar para que seja possível a apreensão de tais mercadorias;
- (B) comunicar aos órgãos públicos pertinentes, para que seja formulado pleito judicial que possibilite a apreensão de tais mercadorias;
- (C) apreender prontamente os referidos medicamentos vencidos, viabilizando o exercício da ampla defesa e do contraditório de forma diferida;
- (D) notificar o particular para exercer a ampla defesa e o contraditório prévio, a fim de que, só depois, seja viável a apreensão dos aludidos medicamentos vencidos;
- (E) apreender os medicamentos vencidos em questão, sem que haja em qualquer momento a garantia da ampla defesa e do contraditório, diante da gravidade da conduta do particular.

33

Ao estudar para o concurso público de auditor de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba, Douglas teve que se aprofundar no sistema de controle interno do mencionado ente federativo, na forma constante da Lei Estadual nº 11.264/2018, vindo a concluir corretamente que:

- (A) qualquer processo conduzido para o exercício da autotutela da Administração Pública, para fins da mencionada norma, deve ser considerado controle interno, a despeito da realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade no âmbito da respectiva estrutura de governança;
- (B) o sistema de controle interno deve ser articulado por um Órgão Central, tendo como referência o modelo de três linhas de defesa, sendo que a primeira linha de defesa é constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos e controles internos da gestão do órgão ou entidade;
- (C) os órgãos e entidades do Estado da Paraíba, para que o controle interno seja eficaz, deverão estabelecer objetivos claros a serem alcançados nos níveis estratégicos e de operações, objetivos esses especificados em cinco categorias distintas, em razão da gradação dos riscos de cada atividade;
- (D) tal sistema deve abranger a função de avaliação de conformidade, compreendida como atividade objetiva de verificação dos atos de gestão, com finalidade de confirmar se esses atos atendem às exigências legais aplicáveis e comunicar tempestivamente aos gestores, quando da ocorrência de não conformidade;
- (E) o controle interno compreende os métodos utilizados pela Administração para desenvolver a eficiência e eficácia nas operações e para avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos, com exceção de procedimentos específicos de diferentes órgãos do Poder Executivo, ainda que tenham a aludida finalidade.

**34**

Vílnea, após aprovação em concurso público, alcançou a estabilidade no cargo de auditora de contas públicas da Controladoria Geral do Estado da Paraíba. Há algum tempo, ela sofreu um grave acidente de carro. Após árduo tratamento, período em que ficou afastada, mas não houve a sua aposentadoria, Vílnea conseguiu se recuperar. A inspeção médica realizada por junta médica oficial ressaltou a sua aptidão para o trabalho, mas apontou algumas restrições em suas capacidades físicas e mentais.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 58/2003 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado da Paraíba) e que não houve alteração na respectiva carreira no período em que a servidora ficou afastada, é correto afirmar que o provimento cabível na situação de Vílnea é:

- (A) a recondução ao cargo de origem, mas encontrando-se provido tal cargo, ela deverá ser aproveitada em outro cargo, com escolaridade e remunerações equivalentes ou posta em disponibilidade;
- (B) a readaptação em cargo de atribuições afins, respeitados a habilitação exigida, o nível de escolaridade e a equivalência de vencimentos, e, na hipótese de inexistência de cargo vago, ela exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga;
- (C) a reintegração em cargo de atribuições equivalentes, de acordo com o seu nível de escolaridade e com a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, importando eventualmente na recondução de outro servidor que venha a estar ocupando tal cargo;
- (D) a reversão ao cargo de origem, a fim de que seja mantida a remuneração que por ela era percebida quando do acidente, não sendo possível o exercício como excedente, caso o cargo que ela ocupava esteja provido, situação em que ela deverá ser posta em disponibilidade;
- (E) a disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em cargo que seja compatível com o seu nível de escolaridade e com remuneração equivalente, bem como com as limitações constatadas pela junta médica.

**35**

No regular exercício de suas atribuições, certa autoridade administrativa competente proferiu decisão administrativa que, mediante motivação clara, explícita e congruente, estabeleceu nova interpretação acerca de um conceito jurídico indeterminado, impondo, por conseguinte, novo dever aos administrados, de forma distinta de prática que vinha, até então, sendo reiteradamente adotada pela Administração Pública, que era de amplo conhecimento público.

Diante dessa situação hipotética, à luz das normas sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público, na forma do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB), é correto afirmar que a mencionada decisão:

- (A) é inválida, na medida em que não é possível a alteração de interpretação sobre norma de conteúdo indeterminado, sem a respectiva alteração legislativa;
- (B) há de determinar a invalidação de situações plenamente constituídas, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, com base na mudança posterior de orientação geral, mediante a devida justificação;
- (C) importará na viabilidade de revisão quanto à validade das situações anteriores à nova orientação exclusivamente na esfera judicial, considerando que a prática administrativa reiterada apenas pode ser imposta ao controle administrativo;
- (D) deverá ser implementada imediatamente para situações pendentes, independentemente da previsão de regime de transição, ainda que esse seja indispensável para que o novo dever seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente;
- (E) não poderá, nas esferas administrativa, controladora e judicial, respaldar a revisão quanto à validade dos atos cujos efeitos já tiverem se completado, para o que deve ser considerada a prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público até então adotada.

**36**

Diante de manifestações populares, visando a melhora na prestação de determinado serviço público estadual, concedido com base na Lei nº 8.987/1995, bem como pugnando pela diminuição no valor das respectivas tarifas, que recentemente sofreram aumento, Marcela decidiu aprimorar os seus conhecimentos em relação aos princípios que regem os serviços públicos, à luz do mencionado diploma legal e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, vindo a concluir corretamente que:

- (A) o serviço adequado é aquele que satisfaz, dentre outros aspectos, a continuidade, de modo que não é possível a sua interrupção em nenhuma hipótese;
- (B) o contrato de concessão em questão é regido pelo princípio da atualidade que compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço;
- (C) o Poder Concedente pode alterar unilateralmente o valor da tarifa por Decreto, sem a previsão da respectiva fonte de custeio, para atender às manifestações em questão, em decorrência do princípio da modicidade tarifária;
- (D) a fixação da tarifa, em decorrência do princípio da vinculação ao edital e ao contrato, deve levar em consideração a proposta vencedora da licitação, que somente poderá ser alterada em razão do percentual de reajuste estabelecido no respectivo instrumento;
- (E) o estabelecimento de tarifas, diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos, não é viável, considerando que o serviço adequado deve atender ao princípio da igualdade de tratamento entre os usuários.

**37**

Matheus obteve graduação em direito e cursou mestrado em políticas públicas, tendo atuado em projetos de pesquisa especialmente voltados para o saneamento básico. Diante de tal experiência, atuou como secretário de diversos Municípios nos últimos quinze anos. Contudo, em decorrência de condutas realizadas enquanto exercia tal cargo político no Município Delta, foi condenado pela prática de ato doloso de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário e que resultou, dentre outras penalidades, na aplicação de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, por decisão proferida por órgão colegiado. Ocorre que o nome de Matheus está sendo cotado para ser indicado como diretor de certa empresa pública do Estado Ômega, que atua na área de saneamento básico.

À luz do disposto na Lei nº 13.303/2016, é correto afirmar que ele:

- (A) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois não preenche todos os requisitos cumulativos necessários para tanto, enquanto perdurarem os efeitos da sanção de suspensão dos direitos políticos;
- (B) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois, dentre outros requisitos, a norma exige a formação em engenharia que seja compatível com respectiva área de atuação no setor de saneamento básico;
- (C) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos necessários para tanto, especialmente a experiência mínima necessária, considerando que atuou por mais de dez anos no setor público;
- (D) pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois preenche os requisitos cumulativos exigidos pela norma de regência quanto à experiência e formação, não existindo qualquer impedimento para tanto na situação descrita;
- (E) não pode ser indicado para diretor da estatal em questão, pois a referida condenação por ato de improbidade importa em inelegibilidade que impede tal indicação desde a decisão do órgão colegiado até o transcurso do prazo de oito anos após o cumprimento da pena.

**38**

Ao compulsar a Lei nº 14.129/2021, que dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública, Marieva deparou-se com uma definição que, para os fins da mencionada lei, corresponde à “disponibilização de dados pela administração pública independentemente de solicitações”.

Trata-se do conceito de:

- (A) transparência ativa;
- (B) transparência passiva;
- (C) transparência reativa;
- (D) transparência transversal;
- (E) universalização da transparência.

**39**

Após as devidas apurações, os agentes competentes do Estado da Paraíba tomaram conhecimento de que, no início do ano corrente, o agente público Asdrúbal, dolosamente, celebrou parceria com a associação Bemquerer, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie, conduta essa elencada na norma de regência como ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, sendo que a conduta em questão não implicou perda patrimonial efetiva.

Acerca da aludida situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, bem como a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que:

- (A) a celebração de acordo de não persecução civil pelo Estado da Paraíba é possível, mesmo após a prolação de sentença condenatória pelo ato de improbidade administrativa;
- (B) a ausência de perda patrimonial efetiva afasta a responsabilização por improbidade administrativa;
- (C) o Estado da Paraíba não tem legitimidade para ajuizar ação de improbidade administrativa que causou prejuízo ao respectivo erário;
- (D) tanto Asdrubal quanto a associação Bemquerer respondem objetivamente pelo ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário;
- (E) apenas Asdrúbal pode responder pelo ato de improbidade administrativa em questão, na medida em que somente os agentes públicos podem praticar ato de improbidade.

**40**

As associações Bela e Glamourosa são organizações da sociedade civil que, nos últimos anos, celebraram regularmente instrumentos de parceria com o Poder Público, para a realização de projetos voltados para a proteção do meio ambiente, que é o principal foco de ambas, cuja atuação é reconhecida em âmbito internacional.

Ocorre que, recentemente, as duas associações vêm enfrentando problemas na prestação de contas atinentes a um ou outro dos instrumentos formalizados, sendo certo que a associação Bela está omissa com relação à prestação de contas condizente a certo termo de fomento, enquanto a Glamourosa teve suas contas rejeitadas pela Administração Pública no que tange a determinado termo de colaboração, mas a respectiva apreciação está pendente de decisão de recurso com efeito suspensivo. Os representantes de ambas as associações estão convictos da possibilidade de sanar as mencionadas irregularidades.

Considerando que tais associações estão interessadas em participar de chamamento público para a realização de um novo termo de fomento, à luz da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações, guardadas as mencionadas circunstâncias e diante dos fatos estritamente narrados, é correto afirmar que:

- (A) apenas a associação Glamourosa está impedida de celebrar a referida parceria, em decorrência da rejeição das contas atinentes ao aludido termo de colaboração, independentemente do recurso apresentado;
- (B) nenhuma das duas associações poderá prontamente formalizar a aludida parceria, na medida em que ambas estão impedidas de realizar novos instrumentos com a Administração pelo prazo de cinco anos;
- (C) apenas a associação Bela está impedida de prontamente celebrar a referida parceria, diante da omissão verificada com relação ao termo de fomento, que caracteriza uma das hipóteses em que não é possível a formalização de nova parceria;
- (D) caso venha a sanar a omissão verificada, a associação Bela poderá prontamente formalizar a parceria em questão, mas a rejeição de contas no termo de colaboração da associação Glamourosa importa em impedimento para novas parcerias com a Administração pelo prazo de cinco anos, independentemente do recurso apresentado;
- (E) não há qualquer impedimento para que qualquer das duas associações formalize o aludido termo de fomento, considerando que ambas têm atuação reconhecida em âmbito internacional e que as irregularidades são pontuais e sanáveis.

## Fundamentos da Auditoria Interna Governamental

41

Uma instituição de ensino superior realizou um processo de avaliação dos riscos associados à administração do alojamento estudantil e concluiu que não possuía internamente os requisitos e as funcionalidades para administrar de forma adequada um serviço de alojamentos. Assim, a instituição de ensino terceirizou a administração do alojamento a uma empresa de gestão patrimonial, com vistas a reduzir o impacto e a probabilidade de riscos relacionados com a propriedade.

A decisão tomada pela instituição de ensino após o processo de avaliação de riscos representa uma resposta ao risco, que implica:

- (A) aceitar;
- (B) compartilhar;
- (C) evitar;
- (D) moderar;
- (E) reduzir.

42

No planejamento de um trabalho de auditoria, os procedimentos de auditoria são definidos considerando o objetivo, a natureza e o escopo do trabalho, análises preliminares e uma série de características do objeto auditado. Na busca por evidências para fundamentar a formação da opinião do auditor, os procedimentos são realizados com diferentes finalidades.

Assim, quando a finalidade é avaliar se o desenho dos controles é adequado aos riscos inerentes que pretendem mitigar, devem ser realizados testes:

- (A) analíticos;
- (B) de detalhes;
- (C) substantivos;
- (D) de aderência;
- (E) de observância.

43

Ao desenvolver o seu trabalho, um auditor interno deve estar atento aos princípios éticos e a regras de conduta aplicáveis à sua área de atuação. Nesse contexto, ao comprometer-se em “divulgar todos os fatos materiais de seu conhecimento que, caso não sejam divulgados, possam distorcer o reporte sobre as atividades sob revisão”, o auditor interno está agindo em aderência ao princípio ético da:

- (A) integridade;
- (B) competência;
- (C) objetividade;
- (D) imparcialidade;
- (E) confidencialidade.

44

Após participar de um seminário sobre governança pública e ter contato com diversos relatos sobre os impactos da boa governança nos objetivos de uma organização, o gestor de uma entidade pública solicitou à sua assessoria direta que aplicasse o Novo Modelo das Três Linhas 2020 de *The Institute of Internal Auditors* à estrutura da entidade.

O gestor sempre questionava a relevância e a efetividade do trabalho da auditoria interna, mas ao analisar esse papel sob a ótica do novo modelo, o gestor compreendeu que a auditoria interna:

- (A) estabelece estruturas e processos para a governança organizacional;
- (B) monitora questões relacionadas à efetividade da gestão de riscos;
- (C) provê informações aos stakeholders acerca da supervisão organizacional;
- (D) protagoniza ações para atingimento dos objetivos organizacionais;
- (E) avalia de forma independente questões relativas ao atingimento dos objetivos da entidade.

45

Uma entidade pública definiu que uma das suas metas para um determinado exercício era promover a implantação da gestão de riscos e para isso nomeou um grupo de trabalho (GT), com servidores da estrutura de apoio administrativo da entidade. A primeira atividade do GT foi formular uma proposta de Política de Gestão de Riscos. Nessa proposta foram definidas diretrizes para cada etapa do processo de gestão de riscos.

No processo de gestão de riscos, a definição da matriz de riscos, das escalas de probabilidade e impacto e das escalas de avaliação de controles se encaixam na etapa de:

- (A) avaliação de riscos;
- (B) identificação de riscos;
- (C) monitoramento de riscos;
- (D) comunicação de riscos;
- (E) tratamento de riscos.

46

Uma entidade pública está estruturando o seu sistema de governança e designou um grupo de trabalho (GT) para, a partir de referenciais aplicáveis a entidades públicas, elaborar uma proposta a ser submetida à administração da entidade. O GT identificou que a governança organizacional pública deve ser estruturada a partir de mecanismos como liderança, estratégia e controle e que a estruturação de um sistema de governança se dá pela adoção de práticas relativas a cada um desses mecanismos. Uma prática relacionada ao mecanismo da estratégia pode ser exemplificada por:

- (A) promover a integridade;
- (B) garantir a accountability;
- (C) estabelecer o modelo de governança;
- (D) avaliar a satisfação das partes interessadas;
- (E) monitorar o desempenho das funções de gestão.

**47**

Uma instituição pública de ensino de grande porte foi requisitada por um órgão de controle a promover um processo de redimensionamento de suas unidades com prerrogativas de contratação de bens e serviços por meio da execução orçamentária e financeira. A instituição contava com 50 dessas unidades e passou para 20, com uma maior centralização das referidas prerrogativas. Após um ano do redimensionamento, o órgão de controle faria uma avaliação inicial dos impactos desse processo.

Um instrumento de fiscalização adequado para essa avaliação é o(a):

- (A) auditoria;
- (B) inspeção;
- (C) levantamento;
- (D) monitoramento;
- (E) acompanhamento.

**48**

Como parte dos procedimentos planejados para um trabalho de auditoria, um auditor interno acompanhou, *in loco* e sem agendamento prévio, uma comissão de servidores de uma entidade pública executando as atividades associadas ao recebimento de bens e materiais adquiridos pela entidade. Ao final de cada período de acompanhamento, o auditor interno registrou se as atividades foram desempenhadas de acordo com os padrões definidos.

Esse procedimento realizado pelo auditor corresponde a um(a):

- (A) indagação;
- (B) observação;
- (C) confirmação;
- (D) inspeção física;
- (E) reexecução de atividades.

## Controle na Administração Pública

**49**

No contexto dos controles exercidos sobre a atividade financeira do Estado, a Constituição Federal dispõe expressamente sobre as competências dos poderes e órgãos.

No caso dos tribunais de contas, as atividades de controle exercidas por eles:

- (A) devem ser prioritárias a entidades que compõem a administração direta;
- (B) são direcionadas ao aperfeiçoamento dos controles internos dos jurisdicionados;
- (C) são facultativas quanto à perspectiva de desempenho operacional;
- (D) se estendem sobre a execução orçamentária e aspectos de gestão fiscal;
- (E) têm foco nas prestações de contas de final de gestão.

**50**

Os controles sobre a atividade financeira do Estado colaboram para a consolidação democrática e subsidiam, mediante o acesso à informação relevante e fidedigna, o controle social. Esses controles, também chamados de fiscalização no texto constitucional, são exercidos sob diferentes perspectivas e objetivos.

Uma dessas perspectivas é a fiscalização operacional, que tem entre os seus objetivos:

- (A) avaliar o grau de cumprimento dos objetivos e metas previstos na lei orçamentária;
- (B) examinar e verificar a regularidade e a correção técnica da escrituração;
- (C) possibilitar um controle sobre a regularidade dos registros e a utilização dos bens públicos;
- (D) verificar se as contas públicas representam a efetiva situação financeira de uma entidade;
- (E) verificar a realização dos planos de governo, em vista de evitar que os recursos sejam aplicados com desvio de finalidade.

**51**

Uma entidade pública recebeu um pedido de acesso à informação que na verdade representava um questionário de pesquisa acadêmica, com questionamentos sobre a estrutura de gestão de riscos da entidade e providências efetivas adotadas para a sua implantação. As informações não estavam prontamente disponíveis nos moldes solicitados e precisariam ser elaboradas.

À luz da Lei de Acesso à Informação, o referido pedido:

- (A) deve ser respondido imediatamente;
- (B) deve ser respondido após o processamento da informação, em prazo regulamentar;
- (C) está fora do escopo da referida lei, por se tratar de um questionário de pesquisa;
- (D) pode ser negado por se referir a informações não oficiais sob custódia da entidade;
- (E) pode ser respondido em prazo equivalente a 45 dias úteis, mediante justificativa.

**52**

Ao avaliar se uma entidade pública atende aos requisitos de transparência quanto à divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, um dado NÃO exigido expressamente quanto à despesa refere-se a:

- (A) identificação da fonte de custeio;
- (B) número do correspondente processo;
- (C) procedimento licitatório realizado, se aplicável;
- (D) descrição do bem fornecido ou serviço prestado;
- (E) identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento.

**53**

Ao ser empossado após aprovação em concurso público, um servidor foi lotado na superintendência geral de licitações e contratos de um ente público. O servidor ficou diretamente subordinado ao diretor de licitações, que supervisionava o trabalho no servidor na instrução dos processos licitatórios.

Essa supervisão, que decorre do poder hierárquico, pode ser enquadrada no âmbito das atividades de controle:

- (A) interno;
- (B) do mérito;
- (C) operacional;
- (D) da legalidade;
- (E) de desempenho.

**54**

Dada a sua natureza, a atividade financeira no Estado não pode prescindir de estruturas definidas de controle com o fim último de salvaguardar os recursos públicos.

Nesse contexto, os controles sobre a atividade financeira do Estado:

- (A) são efetivos somente quando executados de forma prévia ou concomitante;
- (B) subsidiam o julgamento das contas dos responsáveis pela execução orçamentária;
- (C) não são baseados em sistema de auditoria, mas em critérios de legalidade e legitimidade;
- (D) têm aplicação circunscrita às receitas e despesas objeto de planejamento orçamentário;
- (E) são mandatórios para entidades da administração direta e facultativos para as da administração indireta.

**55**

Na aplicação de uma sanção por dano patrimonial relacionado à improbidade administrativa, sob o amparo da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, caso o juiz considere que, em virtude da situação econômica do réu, o valor da multa calculado nos termos da lei seja ineficaz para reprovação e prevenção do ato de improbidade, a multa aplicada:

- (A) pode ser aumentada até o dobro;
- (B) deve ser aumentada a critério do juiz e considerando a extensão do dano;
- (C) deve ser acompanhada de prestação de serviços comunitários;
- (D) deve ser cumulativamente acrescida de outras sanções de natureza financeira;
- (E) pode ser reduzida em até um terço, desde que haja ressarcimento integral ao erário.

## Administração Financeira e Orçamentária

**56**

Um ente federado recebeu um pedido amparado pela Lei de Acesso à Informação no qual foi solicitada a disponibilização de informação pormenorizada acerca do que se pretende alcançar com a implementação de políticas públicas na área de gestão ambiental e sustentabilidade ao longo do exercício financeiro corrente.

O pedido pode ser atendido com o fornecimento de informações:

- (A) categorizadas por grupo de natureza de despesa;
- (B) constantes no relatório resumido da execução orçamentária;
- (C) da estrutura programática da despesa;
- (D) dos anexos da lei de diretrizes orçamentárias;
- (E) organizadas conforme a respectiva função governamental.

**57**

O Art. 3º da Lei estadual nº 12.736/2023 dispõe, nesses termos, que:

“Na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serão prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes de municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano, inclusive a periferia das cidades de médio e grande porte do Estado”.

Ao tratar desse conteúdo, a referida Lei deve dispor também sobre:

- (A) parâmetros para redução das desigualdades inter-regionais;
- (B) diretrizes relativas à execução dos programas de duração continuada;
- (C) objetivos relativos às despesas de capital e outras delas decorrentes;
- (D) limites para elaboração das propostas orçamentárias do Poder Judiciário;
- (E) programação de despesas relativas à dívida pública, mobiliária e contratual.

58

Um instrumento que desde 2015 tem alterado a dinâmica de aplicação de recursos do orçamento da União são as emendas parlamentares impositivas, conforme demonstrado na tabela a seguir, com valores executados expressos em milhões de reais:

Ano	Tipo		Total
	De bancada	Individual	
2015	-	1.810,3	1.810,3
2016	-	4.194,9	4.194,9
2017	644,2	3.628,7	4.272,9
2018	1.564,5	7.259,3	8.823,8
2019	2.023,9	6.521,5	8.545,4
2020	4.273,6	8.195,0	12.468,6
2021	4.097,7	8.466,4	12.564,1
2022	4.008,8	9.385,6	13.394,4
2023	4.312,1	16.147,9	20.460,0
Total	20.924,8	65.609,6	86.534,4

Nota: Valores de 2023 atualizados até 09/11/2023.

Fonte: Tesouro Transparente.

A análise dos valores apresentados na tabela, à luz do regramento sobre emendas parlamentares no âmbito federal, permite afirmar que:

- (A) desde 2015, as emendas parlamentares impositivas representam 2% da receita corrente líquida do exercício;
- (B) o montante destinado às emendas parlamentares impositivas é dividido em quotas iguais entre senadores e deputados;
- (C) no ano de 2022, pelo menos cerca de R\$ 6,7 bilhões devem ter sido destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- (D) o montante de recursos de emendas de bancada deverá ser integralmente aplicado em investimentos na área de saúde;
- (E) em 2021, o montante total de emendas impositivas deveria representar até 2,2% da receita corrente líquida de referência.

59

Um ente público alugou um imóvel para instalação de uma das suas secretarias. Para adequar o imóvel às necessidades do ente foi necessário adquirir e instalar divisórias removíveis e persianas. Um servidor recém-lotado da divisão de gestão patrimonial do ente tinha dúvidas quanto ao tratamento contábil desses itens, dada a sua natureza, e foi orientado que tais itens:

- (A) terão seu valor descontado do valor do aluguel do imóvel;
- (B) devem ser, em geral, tombados como material permanente;
- (C) serão classificados como despesa orçamentária de natureza corrente;
- (D) devem ser tratados como despesas do exercício em que foram adquiridos;
- (E) não estão sujeitos à depreciação sistemática, por estarem instalados em imóvel de terceiros.

60

O trecho a seguir foi extraído da LOA 2023 de um Estado da Federação:

“Art. 2º A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social somam R\$ 17.142.931.453,00 (dezessete bilhões, cento e quarenta e dois milhões, novecentos e trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta e três reais).”

O trecho em destaque indica que:

- (A) as despesas do orçamento da seguridade social devem ser complementadas com receitas extraorçamentárias;
- (B) as receitas arrecadadas além do previsto no exercício só podem cobrir despesas autorizadas em períodos anteriores;
- (C) as receitas primárias não devem ser inferiores ao valor total estimado para a arrecadação;
- (D) uma operação de crédito precisa ser realizada para cobrir os investimentos do ente;
- (E) tanto receitas efetivas quanto não efetivas são consideradas na estimativa de receita do ente.

## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

### Administração Geral

61

Um projeto de construção de um depósito, inicialmente previsto para durar oito meses e com valor planejado total de R\$ 400.000,00, foi analisado, ao fim do quarto mês, pela técnica de EVA (*earned value analysis*). A situação do projeto nessa data era: PV (valor planejado) = R\$ 200.000,00; AC (custo real) = R\$ 240.000,00 e EV (valor agregado) = R\$ 96.000,00. O gerente responsável acredita que o restante do projeto seguirá a tendência do índice de performance de custo (CPI).

Com base na premissa do gerente, o valor do indicador ETC (estimativa para concluir o projeto) é:

- (A) R\$ 240.000,00;
- (B) R\$ 304.000,00;
- (C) R\$ 380.000,00;
- (D) R\$ 456.000,00;
- (E) R\$ 760.000,00.

62

Ana é a principal executiva de uma editora. Há quatro anos, ela liderou o lançamento do livro de um autor desconhecido que contou com investimento significativo em promoção, mas que não obteve sucesso nas vendas e isso resultou em um prejuízo considerável para a empresa. Embora a editora esteja enfrentando dificuldades financeiras, recentemente Ana decidiu fazer um novo e significativo investimento em propaganda e promoção do livro, alegando apenas que “já investimos muito nesse produto, não podemos desistir”.

Em seu processo decisório, Ana está incorrendo na armadilha conhecida como:

- (A) falácia da conjunção;
- (B) viés de confirmação;
- (C) excesso de confiança;
- (D) ancoragem e ajustamento;
- (E) escalada do comprometimento.

63

É muito comum nas organizações que o exercício das funções de direção dependa de habilidades e da capacidade de desempenhar determinados papéis. Em diversos momentos, o gestor principal deve ser capaz de atuar como representação simbólica e referência que provê direção aos subordinados e constrói uma rede de relações.

O gestor em questão é demandado a desempenhar um papel do tipo:

- (A) monitor;
- (B) decisório;
- (C) negociador;
- (D) interpessoal;
- (E) informacional.

64

Um gerente está analisando o processo de pagamento a fornecedores da organização em que trabalha, a fim de conduzir mudanças no processo. O gerente gostaria de utilizar uma ferramenta que permita o entendimento claro das ações definidas, métodos, responsabilidades, custos e prazos envolvidos.

Para tal, seria uma ferramenta adequada:

- (A) rede PERT;
- (B) diagrama de Ishikawa;
- (C) 5W2H;
- (D) matriz GUT;
- (E) diagrama de Pareto.

65

João é diretor de uma empresa que pretende adotar o *balanced scorecard* como ferramenta de apoio à gestão estratégica. Ele recebeu a incumbência de propor indicadores relativos à perspectiva financeira do *balanced scorecard*, nos temas estratégicos: “utilização dos ativos/estratégia de investimento”; “redução de custos/melhoria de produtividade”. João avalia que a empresa se encontra, em seu ciclo de vida, em fase de sustentação.

Considerando que a premissa de João esteja correta, seria um indicador adequado para cada um dos temas estratégicos apontados, respectivamente:

- (A) índice de capital de giro; lucratividade por cliente;
- (B) retorno sobre patrimônio líquido; receitas geradas por novos clientes;
- (C) aumento da taxa de vendas por segmento; taxa de redução de custos;
- (D) lucratividade por linhas de produto; custos indiretos por funcionário;
- (E) taxa de utilização dos ativos; custos vs. custos dos concorrentes.

66

Uma equipe de trabalho de cinco pessoas tem sua rede de comunicação estruturada em um padrão do tipo roda.

Esse tipo de estrutura de comunicação apresenta como uma de suas principais características:

- (A) favorecer a emergência de um líder;
- (B) favorecer a criatividade e a inovação;
- (C) eliminar os canais informais de comunicação;
- (D) ter forte impacto positivo na satisfação dos membros;
- (E) fortalecer a comunicação ativa entre todos os membros da equipe.

67

Certa empresa, em fase de formulação de seu planejamento estratégico, utilizou a matriz BCG para análise de seu portfólio de produtos. A matriz aponta: produto A – alta taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado; produto B – baixa taxa de crescimento do mercado e baixa participação no mercado; produto C – alta taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado; produto D – baixa taxa de crescimento do mercado e alta participação no mercado.

Com base no modelo da matriz BCG, é correto afirmar que:

- (A) o produto D é um produto “vaca leiteira”, que deve financiar o produto C (“estrela”);
- (B) o produto C é um produto “vaca leiteira”, que deve financiar o produto A (“ponto de interrogação”);
- (C) os produtos B e D são produtos “cachorro”, cujos mercados pouco crescem, e devem ser abandonados;
- (D) o produto B é um produto “ponto de interrogação”, que deve ser financiado pelo produto D, que é “vaca leiteira”;
- (E) o produto A é um produto “estrela” no qual a empresa deve investir para que não se torne um produto “cachorro”.

68

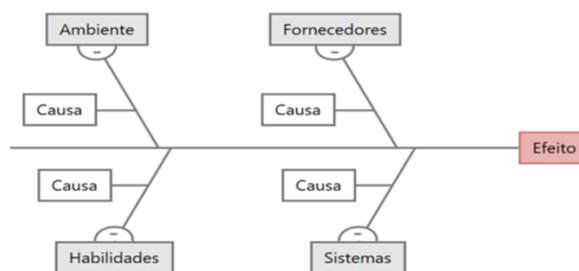
Maria foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha. Embora trabalhe na organização há pouco tempo, os membros da equipe respeitam sua autoridade. As tarefas realizadas pela equipe são pouco estruturadas, com demandas variadas de difícil previsão, o que dificulta seu planejamento.

Na situação descrita, com base na teoria de liderança caminho-meta (ou teoria da meta e do caminho), o estilo de liderança que proporcionaria maior satisfação aos membros da equipe seria:

- (A) diretivo;
- (B) persuasivo;
- (C) participativo;
- (D) apoiador (compreensivo);
- (E) realizador (orientado para a conquista).

69

Uma organização pública criou um grupo de trabalho (GT) para explorar e identificar todas as causas possíveis de um problema específico. Para tal, o GT utilizou-se de uma ferramenta de gestão da qualidade que permitiu representar essas relações a partir da seguinte figura.



O GT se utilizou da ferramenta conhecida como:

- (A) cartas de controle;
- (B) diagrama de Ishikawa;
- (C) fluxograma;
- (D) histograma;
- (E) seis sigma.

70

A departamentalização por produto ou serviço é o “critério de agrupamento das tarefas em unidades organizacionais responsáveis por tipos de produtos ou serviços da organização” (Sobral e Peci, 2013, p. 261). Considere as seguintes afirmativas sobre a departamentalização por produto/serviço:

- I. enfatiza a coordenação em detrimento da especialização;
- II. favorece a inovação em produtos;
- III. é indicada para circunstâncias ambientais estáveis;
- IV. induz à redundância de funções.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I e III;
- (B) somente I e IV;
- (C) somente II e III;
- (D) somente I, II e IV;
- (E) I, II, III e IV.

## Administração Pública

71

Com a reforma do Estado, ocorreram diversas mudanças institucionais e a criação de diferentes tipos e formas organizacionais na administração pública direta e indireta. Foi criado um formato de organização de direito privado sem fins lucrativos, que passou a prestar serviços públicos junto à população nas áreas de saúde, educação e assistência social, mediante qualificação (ou não) pelo ministério correspondente. Esse tipo de organização tem seus serviços regulados em contratos de gestão, controlados estrategicamente pelo Estado. A característica descrita refere-se ao seguinte formato de instituição:

- (A) agência executiva;
- (B) autarquia pública;
- (C) consórcio público;
- (D) organização social;
- (E) organização da sociedade civil de interesse público.

72

Com os movimentos de reforma do Estado e da administração pública no mundo, cresceram as oportunidades de operação e gestão de redes organizacionais no provimento de bens públicos. O formato de políticas e serviços em redes contrapõe-se às perspectivas anteriores baseadas em processos *top-down* ou *bottom-up*.

É(são) característica(s) da gestão em redes organizacionais:

- (A) centralização, controle e coordenação a partir do Estado;
- (B) autoridade hierárquica no planejamento e definição da política e suas metas;
- (C) descentralização decisória para atores locais representantes de usuários e população;
- (D) engajamento local na representação de interesses nos processos de controle social de recursos estatais;
- (E) inter-relação com atores heterogêneos, interdependência, realização coletiva com troca de informações, objetivos e recursos.

73

Um gestor de unidade de serviço público vem enfrentando problemas no processo de gerenciamento de materiais e estoques. Os funcionários relatam dificuldades em saber a quantidade de unidades de determinados insumos utilizados em um período e quantas vezes por ano necessitam comprar esse insumo. Assim, a organização acaba por encarar falta total do insumo ou descarte por validade expirada.

A análise das possíveis justificativas apontou para o problema de:

- (A) incorporação de novos operadores logísticos;
- (B) redução do capital circulante e custo de operação;
- (C) adoção de novas tecnologias e sistemas de informação;
- (D) formação de parcerias entre empresas de suprimentos;
- (E) inventário e controle do giro dos produtos desatualizados.

74

Apesar de não ter uma tradução direta, a noção de *accountability* cresceu e se desenvolveu na gestão estatal brasileira nas últimas décadas. Devido à sua natureza polissêmica, pode assumir diferentes formas e instrumentos, associando-se a condições de funcionamento da democracia. Para tal, a *accountability* democrática pode estar associada a três formas: ao processo eleitoral, a controles institucionais durante o mandato e a regras estatais intertemporais.

A *accountability* democrática, operacionalizada durante o mandato, distinguindo-a das outras duas formas, deve ocorrer como:

- (A) mecanismos de restrição orçamentária;
- (B) regras de financiamento de campanhas;
- (C) garantia e defesa de direitos intergeracionais;
- (D) limitação legal do poder dos administradores públicos;
- (E) controle do desempenho dos programas governamentais.

75

A política de reforma do Judiciário implantada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a partir de 2005, contemplou, desde o início, indicadores de desempenho para sua avaliação de eficiência, a partir de elementos de custo-benefício e custo-efetividade. O painel de dados (2016-2018) a seguir mede e compara quantitativamente a evolução das reformas implantadas nos Tribunais de Justiça Estadual da Região Sudeste, a partir do relatório "Justiça em Números" do CNJ. No método de cálculo selecionado, considera-se que as unidades mais eficientes apresentam um score de 1.000 ou 100%, e as unidades mais ineficientes com menor score.

Tribunal de Justiça	2016	2017	2018
Espírito Santo	0.320	0.316	0.416
Rio de Janeiro	0.771	0.707	0.828
Minas Gerais	0.561	0.488	0.479
São Paulo	0.772	0.898	0.874
Média Nacional	0.416	0.428	0.438

Fonte: Adaptado de YEUNG, L. L. Evolução recente da eficiência do Judiciário Brasileiro (2016-2018). *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, v. 9, 2002, pp.20-21.

Considerando-se os dados do painel, é correto afirmar que:

- (A) São Paulo mostrou-se como o mais eficiente ao longo de três anos;
- (B) Espírito Santo dobrou seu score, tornando-se 50% mais eficiente;
- (C) Rio de Janeiro manteve uma taxa constante de aumento de score no período;
- (D) Tribunais da Região Sudeste encontram-se acima da média nacional no período indicado;
- (E) Minas Gerais ultrapassou positivamente seu desempenho no último ano quando comparado ao primeiro.

76

No estabelecimento da gestão por resultados na produção de serviços públicos, um grupo de trabalho (GT) responsável sugerirá que o modelo incorpore, para cada indicador criado, uma medida comparativa elaborada a partir das melhores práticas do setor, de forma a buscar desempenho superior a partir de parâmetros externos.

Nesse sentido, o GT está propondo que o modelo de gestão por resultados incorpore a noção de:

- (A) compliance;
- (B) stakeholders;
- (C) accountability;
- (D) benchmarking;
- (E) bootstrapping.

77

Um prefeito recém-eleito pretende garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controle social e participação em sua gestão. Para tal, mapeou um conjunto de atividades as quais pretende incentivar nos próximos quatro anos.

Para tal, o prefeito deve priorizar o pleno desenvolvimento do(a):

- (A) controladoria geral do município e ouvidoria;
- (B) conselho e conferência municipal de políticas públicas;
- (C) política de gestão de risco nas diferentes políticas públicas;
- (D) supervisão e monitoramento do controle de conformidade;
- (E) auditoria governamental com colaboração de especialistas.

78

Nas últimas décadas, muito se tem debatido sobre a capacidade de governos democráticos, sejam presidencialistas ou parlamentaristas, em manter governabilidade. Em diferentes países, a partir dos laços que estruturam as relações entre Estado e sociedade, é cada vez mais forte o neocorporativismo a modificar lógicas e capacidades de governar.

Nesse sentido, o neocorporativismo é associado à ideia de:

- (A) liderança do Estado em fazer valer as decisões tomadas, tornando-as produtivas;
- (B) mobilização governamental de meios e recursos necessários à execução e implementação de políticas;
- (C) cooperação de organizações de interesses específicos com o Estado na definição de políticas públicas;
- (D) hiperatividade decisória em contraste com a capacidade executiva de implementar as decisões tomadas;
- (E) capacidade do governo para identificar problemas críticos e formular políticas apropriadas ao seu enfrentamento.

79

Casos emblemáticos, como enchentes e calamidades de grandes proporções, demonstraram muitas vezes falhas em como o Estado atua e faz funcionar o sistema regulatório brasileiro. Diversos casos apontaram falhas dos operadores em atender aos chamados e reestabelecer os serviços em tempo razoável, em detrimento dos consumidores. Esse entendimento das falhas advém do reconhecimento da função primordial de uma agência reguladora em fiscalizar, guiar e suplementar o mercado e corrigir suas falhas, como o desequilíbrio entre consumidores, parte mais vulnerável na relação de consumo, e fornecedores.

Nesses casos, as falhas regulatórias que prejudicam os consumidores podem advir, muitas vezes, de visão e prática estatal na qual as agências não são cobradas e limitam-se a:

- (A) reconhecer instituições de proteção e defesa do consumidor na operacionalização dos marcos regulatórios;
- (B) equilibrar regulação econômica e social para adequar mercados, reduzir assimetrias e proteger direitos;
- (C) viabilizar acesso a serviços, por meio de marcos regulatórios, que evitem abusos e promovam bem-estar social;
- (D) garantir estabilidade de regras e rentabilidade aos operadores, visando atração do investimento privado;
- (E) definir mecanismos de transparência e de controle social e político sobre o setor de serviços públicos privatizados.

**80**

Um tema frequente na reforma do serviço público civil no Brasil é a implantação de um sistema meritocrático. Diversos aspectos são tratados nesse debate, emergindo pontos positivos e negativos, envolvendo diferentes atores favoráveis à reforma e com diversas justificativas.

A esse respeito, é um ponto positivo pretendido pela reforma, em termos de busca de implantação de cultura de mérito, a possibilidade de:

- (A) tornar as metas mais objetivas e mensuráveis, relacionando-as às entregas de resultado para os usuários e a sociedade;
- (B) valorizar as relações sociais e pessoais na sistemática de avaliação de resultados, de forma a manter um bom clima organizacional;
- (C) buscar a lógica de igualdade substantiva na distribuição dos recursos alocados para promoção e reconhecimento, a partir da divisão do montante disponível;
- (D) atender à política de reciprocidade na alocação e promoção de pessoas aos cargos de supervisão, ampliando alocação por indicação de pessoal externo à organização;
- (E) garantir a promoção por senioridade entre os servidores civis, considerando a compatibilidade da trajetória dos indivíduos com os cargos ocupados na hierarquia.

## Auditoria e Controle Interno

**81**

Nos trabalhos de auditoria, pode ser necessário adotar um processo de amostragem estatística, que garante a aleatoriedade da seleção dos elementos que irão compor a amostra, de modo a se obter uma amostra representativa da população e isenta de vieses.

Diante da necessidade de obtenção de amostra sorteada de uma população com base em um intervalo fixo de seleção, após um ponto de partida ser aleatoriamente selecionado, deve-se realizar o procedimento de amostragem aleatória:

- (A) simples;
- (B) sistemática;
- (C) estratificada;
- (D) por conglomerados;
- (E) clássica de variáveis.

**82**

Nos trabalhos de auditoria, os procedimentos de revisão analítica auxiliam na identificação de áreas prioritárias ou áreas com problemas, em que o auditor deverá concentrar mais atenção. Considera-se ainda que os procedimentos de revisão analítica:

- I. são exigidos na visita preliminar e facultativos em outras etapas do trabalho;
- II. devem ser efetuados antes dos testes das contas patrimoniais e de resultado;
- III. devem considerar mudanças na aplicação de um princípio contábil.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

**83**

Ao preparar um relatório com os resultados de um trabalho de auditoria operacional, os auditores devem investigar e evidenciar os efeitos dos achados, e quantificá-los sempre que possível.

Ao investigar a descontinuidade de um contrato de fornecimento de gases que afetou equipamentos de alto valor patrimonial e apurar seu custo, um fator a ser potencialmente considerado pelo auditor interno para emissão de recomendações à entidade seria:

- (A) o desperdício de recursos;
- (B) a falta de controle gerencial;
- (C) a ausência de pessoal qualificado;
- (D) a escassez do insumo no mercado;
- (E) os altos preços praticados pelos fornecedores.

**84**

Conforme disposições da Portaria nº 0004/2023/GSC/CGE, a CGE/PB pode assessorar órgãos e entidades da administração estadual por meio de consultorias, com metodologia própria. Tais consultorias consistem na definição do desenho ou redesenho de processos, com abordagem baseada em riscos e nos objetivos estratégicos ou operacionais a fim de melhorar as operações da unidade demandante. Ao final do trabalho, são emitidas recomendações baseadas nos seguintes elementos:

- I. Matriz de objetivos, riscos e controles elaborada;
  - II. Redesenho proposto para o processo objeto da consultoria;
  - III. Estrutura e recursos gerenciados pela unidade demandante.
- Está(Estão) alinhado(s) às disposições da Portaria nº 0004/2023/GSC/CGE somente o(s) item(ns):

- (A) I;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

**85**

Uma entidade pública estruturou uma superintendência, diretamente ligada à alta administração, que tinha, entre as suas atribuições, o fornecimento de assistência ao gerenciamento de riscos. Inicialmente a superintendência desenvolveu uma proposta de política de gestão de riscos para a organização, que foi aprovada pela administração; estruturou uma metodologia para identificação, avaliação e gestão de riscos; e promoveu a difusão da política e da metodologia, com um robusto plano de capacitação.

À luz do Novo Modelo de Três Linhas, a atuação da superintendência na referida entidade:

- (A) precisa ser endossada pela instância de auditoria interna, em seu papel de terceira linha;
- (B) representa papéis de primeira linha, dada a subordinação direta à alta administração;
- (C) deve dar suporte à prestação de contas aos *stakeholders* pela supervisão organizacional;
- (D) equivale a papéis de terceira linha, em virtude do alinhamento com atividades de avaliação e assessoria;
- (E) corresponde a papéis de segunda linha, em decorrência do alinhamento com o gerenciamento de riscos.

**86**

Uma entidade pública assinou com uma empresa um contrato de fornecimento de refeições prontas por demanda estimada e sujeita a alterações mensais de demanda efetiva. O controle de fornecimento de refeições era feito por um sistema com checagem do número do CPF dos potenciais usuários. Ao final do primeiro ano de contrato, o setor de faturamento acionou a auditoria interna, pois constatou que as quantidades de refeições fornecidas, bem como o valor faturado e atestado pelo fiscal do contrato, permaneceram inalterados a partir do sexto mês de contrato. Os registros do sistema evidenciaram um número de usuários menor do que o número de refeições atestado pelo fiscal. A auditoria interna abriu uma solicitação de auditoria, levantou algumas informações para planejar o trabalho e encontrou evidências de que o fiscal solicitou à empresa o fornecimento de materiais e serviços fora do escopo do contrato e converteu em refeições equivalentes para fins de faturamento. Os procedimentos de auditoria mais adequados para encontrar essas evidências são:

- (A) observação e circularização;
- (B) inquérito e revisão analítica;
- (C) mapa de processo e inquérito;
- (D) revisão analítica e observação;
- (E) circularização e exame documental.

**87**

Nos trabalhos de auditoria interna, o processo de obtenção e avaliação das informações inclui a avaliação da efetividade das informações obtidas.

À luz da NBC TI 01 – Da Auditoria Interna, tais informações constituem as evidências que fundamentam os resultados do trabalho e, entre outras características, devem ser relevantes, ou seja:

- (A) auxiliar a entidade a atingir suas metas para um determinado período;
- (B) dar suporte às conclusões e às recomendações da auditoria interna;
- (C) estar disponíveis de forma a não afetar sua capacidade de ser útil para o trabalho de auditoria;
- (D) propiciar a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de auditoria interna;
- (E) ser factuais e convincentes, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa compreendê-las.

**88**

Um auditor foi designado para um trabalho de auditoria interna em entidade pública com o objetivo de apurar valores indevidos pagos a título de auxílio-transporte a partir de informações potencialmente fraudulentas. Por meio de uma planilha preparada com informações detalhadas sobre os vencimentos e vantagens dos servidores ao longo de um exercício financeiro, foi detectado que alguns servidores recebiam benefício de auxílio-transporte em valor equivalente ou ainda superior ao seu salário-base. O auditor preparou alguns gráficos e tabelas sumarizadas sobre a situação analisada para auxiliar na definição dos procedimentos seguintes.

Os papéis de trabalho (planilha, gráficos e tabelas), dada a sua contribuição para o alcance do objetivo da auditoria, possuem natureza:

- (A) analítica;
- (B) eventual;
- (C) conclusiva;
- (D) fiscalizatória;
- (E) comprobatória.

**89**

Uma das regras de conduta do Código de Ética do The IIA (*The Institute of Internal Auditors*) é que auditores internos “não devem conscientemente fazer parte de qualquer atividade ilegal ou se envolver em atos impróprios para a profissão de auditoria interna ou para a organização”. Porém, comportamentos como os listados a seguir ameaçam essa regra de conduta:

- Não aceitar a responsabilidade por erros cometidos;
- Emitir relatórios falsos ou permitir que outros o façam;
- Prestar serviços de auditoria interna para os quais não se tenha competência;
- Solicitar ou divulgar informações confidenciais sem a devida autorização.

Tais comportamentos constituem uma ameaça direta ao princípio ético da:

- (A) integridade;
- (B) objetividade;
- (C) competência;
- (D) independência;
- (E) confidencialidade.

**90**

Tanto nas organizações privadas quanto nas públicas, o gerenciamento de riscos possibilita aos administradores tratar com eficácia as incertezas, os riscos e as oportunidades a elas associados, de forma a aprimorar a capacidade de geração de valor (COSO ERM).

O COSO ERM afirma que o gerenciamento de riscos corporativos requer o comprometimento da alta administração e a adoção de procedimentos alinhados à estratégia organizacional, dos quais o primeiro a ser considerado refere-se à:

- (A) avaliação dos impactos dos riscos aceitáveis;
- (B) definição do apetite a risco da organização;
- (C) elaboração de escalas de probabilidade de riscos;
- (D) estruturação da matriz de riscos com respostas-padrão;
- (E) identificação dos riscos inerentes no âmbito organizacional.

**91**

Uma entidade pública passou por um processo de reestruturação interna e avaliação da sua estrutura administrativa e operacional como marco dos seus 50 anos de existência. Alguns dos desdobramentos desse processo foram:

- i. a criação de uma unidade de gestão da integridade, com equipe dedicada e diretamente subordinada à alta administração;
- ii. a designação de uma comissão de ética, com mandato e atribuições definidas, comprometida em elaborar um código de ética para a entidade e seus colaboradores;
- iii. a criação de um site institucional com material informativo sobre ética e integridade no âmbito organizacional; e
- iv. a realização de um seminário para difusão da cultura da ética e integridade na organização, além do lançamento de um programa de capacitação sobre a temática.

As ações empreendidas pela entidade estão associadas a um dos componentes da Estrutura Integrada de Controle Interno (COSO I), qual seja:

- (A) ambiente de controle;
- (B) atividades de monitoramento;
- (C) capacitação e treinamento;
- (D) funções e responsabilidades;
- (E) informação e comunicação.

**92**

Em decorrência de uma série de transformações nas organizações e uma maior complexidade dos seus processos, atualmente a auditoria interna encontra-se frente a um novo paradigma, que se baseia na visão dos processos organizacionais com foco na gestão de riscos para o alcance dos objetivos da organização.

As normas de atributos dispostas no conjunto de Normas Internacionais para o exercício profissional da Auditoria Interna (*The Institute of Internal Auditors*) estão alinhadas a esse novo paradigma e estabelecem fundamentos do trabalho do auditor interno, que incluem:

- (A) vedação a alterações recorrentes no estatuto da auditoria interna;
- (B) definição da natureza dos serviços prestados no estatuto da auditoria interna;
- (C) isenção da alta administração da entidade quanto às definições da auditoria interna;
- (D) não interferência no planejamento do trabalho de auditoria interna pela alta administração;
- (E) recomendação de que o executivo chefe da auditoria se mantenha apartado da alta administração.

**93**

A auditoria de gestão pública pode ser compreendida inicialmente a partir da expressão que traduz a missão dos órgãos de controle interno e externo: “zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos”.

A boa aplicação dos recursos públicos diz respeito aos resultados satisfatórios que devem ser alcançados pela gestão e em geral está no foco da:

- (A) inspeção regular;
- (B) auditoria interna;
- (C) tomada de contas;
- (D) auditoria operacional;
- (E) auditoria de regularidade.

**94**

Em sua atuação nos trabalhos de auditoria, um auditor deve adotar procedimentos adequados quanto à elaboração, integridade e guarda dos papéis de trabalho, que constituem a documentação de auditoria.

À luz das normas brasileiras de auditoria, esses documentos:

- (A) devem ser custodiados pelo prazo máximo de cinco anos;
- (B) são elaborados exclusivamente pelo auditor responsável;
- (C) podem, a critério do auditor, ser postos à disposição da entidade;
- (D) são de propriedade compartilhada entre auditor e entidade auditada;
- (E) podem ser disponibilizados a terceiros após o prazo de confidencialidade.

**95**

Como medida para auxiliar na afetividade do seu trabalho, a CGE/PB estabeleceu um processo para o acompanhamento do atendimento das recomendações pelas unidades auditadas a fim de avaliar se os gestores efetivamente implementaram as ações acordadas ou se a gestão aceitou o risco de não agir (Portaria nº 0004/2023/GSC/CGE, de 31 de julho de 2023).

Ao monitorar o atendimento de uma recomendação, foi constatado que a entidade auditada atendeu cerca de um terço do recomendado, o que resulta em um grau de resposta considerado:

- (A) alto;
- (B) baixo;
- (C) médio;
- (D) aceitável;
- (E) insuficiente.

## Licitações e Contratos

96

Após o devido procedimento licitatório, a sociedade empresária Astuta formalizou com o Estado Beta contrato de concessão de determinado serviço público, remunerado exclusivamente por tarifa. Ocorre que, na operação de tal mister, a referida concessionária almeja contratar terceiro para o exercício de atividade que é considerada inerente ao serviço concedido, que inclui a contratação de mão de obra, a ser realizada diretamente para a sociedade Astuta.

Considerando exclusivamente os fatos narrados, à luz do disposto na Lei nº 8.987/1995 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) a concessionária não poderia contratar terceiro para atividade inerente ao serviço concedido, pois tal hipótese é restrita às atividades acessórias e complementares;
- (B) a contratação de terceiro almejada, que corresponde a uma subconcessão nos termos da lei, apenas poderia ser realizada mediante autorização no edital e no respectivo contrato;
- (C) a contratação de terceiro para a atividade inerente ao serviço concedido, sem a realização de licitação para tanto, não é possível;
- (D) a contratação de terceiro almejada é viável, sem a necessidade de licitação, na medida em que não se estabelece relação jurídica entre o terceiro e o Poder Concedente;
- (E) o contrato a ser celebrado pela concessionária na situação descrita deve ser regido exclusivamente pelas normas de direito público, nos termos do edital e do contrato, pois seu objetivo é inerente ao serviço concedido.

97

Sob o fundamento de atender às peculiaridades locais, o Estado Alfa, após o devido processo legislativo, fez editar uma lei que dispõe sobre licitação e contratação.

À luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, tal norma poderia versar sobre:

- (A) hipóteses de contratação direta mediante introdução de novas situações de licitação dispensável;
- (B) obrigatoriedade de aquisição de percentual mínimo de bens e serviços definidos em sistema de registro de preços;
- (C) possibilidade de os órgãos de segurança pública estadual alienarem armas de fogo a seus integrantes, por meio de venda direta;
- (D) requisitos de habilitação dos licitantes, tais como a exigência para a apresentação de certidão negativa de violação ao direito dos consumidores;
- (E) vedação de participação em licitação e contratação de cônjuge, companheiro e parente consanguíneo até o terceiro grau do governador e do vice-governador e de ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

98

Semana passada, os agentes competentes de determinada sociedade de economia mista estadual passaram a analisar as normas atinentes à aquisição de produtos pela mencionada entidade administrativa, em especial a legislação aplicável para tal finalidade e a viabilidade de ser exigida amostra ou de ser indicada uma marca específica para tanto, tendo em vista a necessidade de padronização.

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que:

- (A) deve ser aplicado o disposto na Lei nº 13.303/2016, que veda a exigência de amostra e a indicação de marca para a aquisição de produtos;
- (B) deve ser aplicado o disposto na Lei nº 14.133/2021, que veda a exigência de amostra e a indicação de marca para a aquisição de produtos;
- (C) deve ser aplicado o disposto na Lei nº 13.303/2016, que admite a exigência de amostra e, em situações excepcionais, a indicação de marca para fins de padronização, preenchidos os respectivos requisitos legais;
- (D) deve ser aplicado o disposto na Lei nº 14.133/2021, que admite a exigência de amostra e, em situações excepcionais, a indicação de marca para fins de padronização, preenchidos os respectivos requisitos legais;
- (E) deve ser escolhida a aplicação do disposto na Lei nº 13.303/2016 ou na Lei nº 14.133/2021, mediante expressa indicação no edital, sendo viável a exigência de amostra e indicação de marca, desde que preenchidos os requisitos da norma apontada como regência.

99

Imagine que o Estado da Paraíba almeje realizar a contratação de uma obra, pelo regime delimitado como aquele em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

À luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, tal definição corresponde a uma:

- (A) empreitada integral;
- (B) contratação integrada;
- (C) contratação por tarefa;
- (D) empreitada por preço total;
- (E) contratação semi-integrada.

**100**

Daiane, servidora pública ocupante de cargo efetivo do Estado da Paraíba, exerce a atribuição de agente da contratação. Ao ser questionada sobre a sequência de fases que rege o rito procedimental comum da concorrência e do pregão, no âmbito da Lei nº 14.133/2021, ela respondeu corretamente o seguinte:

- (A) de divulgação do edital de licitação; preparatória; de julgamento; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de habilitação; de homologação;
- (B) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de habilitação; de julgamento; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; recursal; de homologação;
- (C) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de habilitação; recursal; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de homologação;
- (D) preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; de homologação;
- (E) de divulgação do edital de licitação; preparatória; de habilitação; recursal; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; recursal; de homologação.

RASCUNHO

RASCUNHO

Realização

